

Boletim de Conjuntura

Índice

Mercado Ambulatório pág.1

Encargos do SNS com Medicamentos pág.3

Dívida das entidades públicas à IF pág.3

Financiamento da Inovação pág.4

Execução Orçamental do SNS pág.4

Conjuntura Macroeconómica pág.5

Conjuntura Legislativa e Regulamentar pág.5

Estudos e Publicações pág.6

Boletim de Conjuntura

MERCADO AMBULATORIO

MERCADO FARMÁCIAS (PVA) – YTD 2025 (JUN.)

No mês de junho, o mercado farmacêutico ambulatório registou vendas de 230,7 M€, resultado da dispensa de 23,6 milhões de embalagens com PVA médio unitário de 9,79 euros.

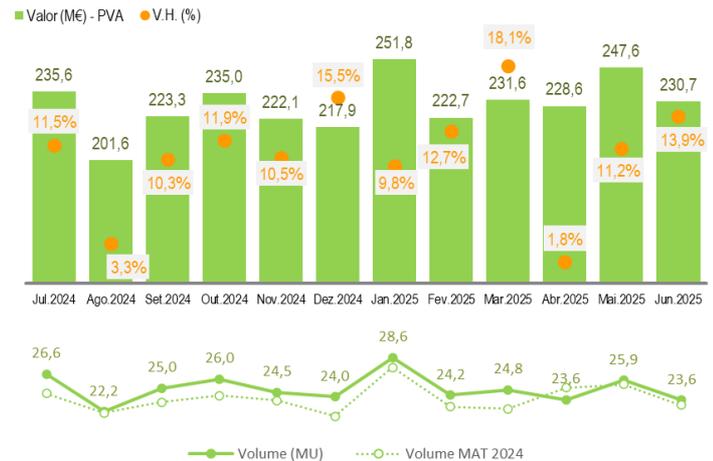
As vendas de medicamentos nas farmácias, no acumulado no ano 2025, totalizam 1.412,8 M€, a que corresponde um crescimento homólogo de +11%, resultado da dispensa de 150,6 milhões de embalagens, +3,0%, a um PVA médio unitário de 9,38 euros, +7,8% que em igual período de 2024. A dinâmica de crescimento, quer em valor, quer em volume, é transversal ao segmento participado e aos segmentos das marcas (originais), genéricos e restante mercado, com o mercado dos genéricos a registar o maior crescimento. Esta dinâmica revela uma procura crescente de medicamentos no circuito ambulatório.

Em termos de classes terapêuticas, no YTD 2025, o Top 7, em valor, que representa 33,4% do mercado, e inclui os medicamentos usados no tratamento das doenças crónicas mais comuns. A ocupar o 1º lugar está a classe dos antidiabéticos orais inibidores da SGLT2, com uma quota de 8,6%, seguida da classe Agonistas da

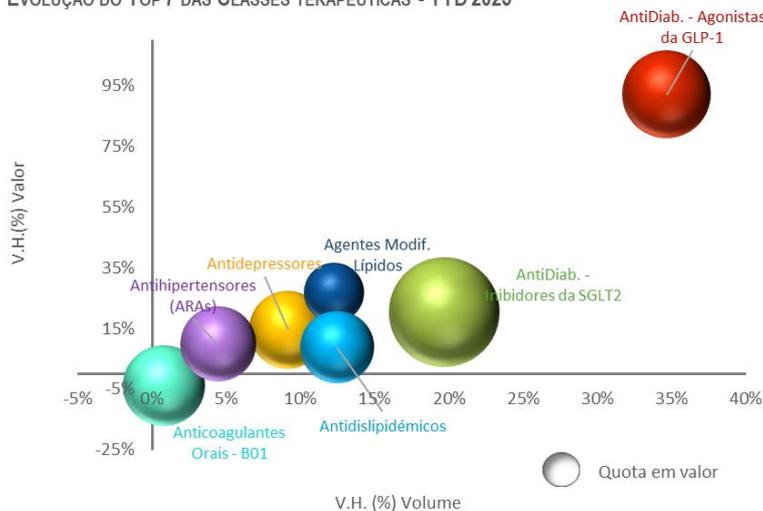
GLP-1 com 5,5% e dos anticoagulantes orais com 4,7% de quota. Em termos de dinâmica, 6 das 7 classes registaram crescimentos homólogos em valor, só os anticoagulantes orais registaram redução de -3,9%.

No YTD 2025, a classe terapêutica com maior crescimento homólogo absoluto das vendas, em valor, com um aumento de 37,4 M€, foi a dos Agonistas da GLP-1. Já a classe que mais contraiu em valor, em termos absolutos, foi a dos Inibidores directos do factor XA, com menos 2,7 M€ de vendas. Realizando a análise em termos de volume, temos que a classe com maior crescimento foi dos Reguladores Lipídicos, com mais 720 mil de embalagens dispensadas, e a classe com maior redução homóloga foi a dos Expectorantes, com dispensa de menos 390 mil embalagens face ao mesmo período de 2024.

Mercado Ambulatório (PVA)	Jun.2025	V.H. (%)	YTD 2025	V.H. (%)
M. Valor (M€)	230,7	13,9%	1.412,8	11,0%
M. Volume (M. Emb.)	23,6	2,4%	150,6	3,0%
Preço médio unitário (€)	9,79	11,2%	9,38	7,8%
M. Participado	181,5	12,2%	1116,5	10,3%

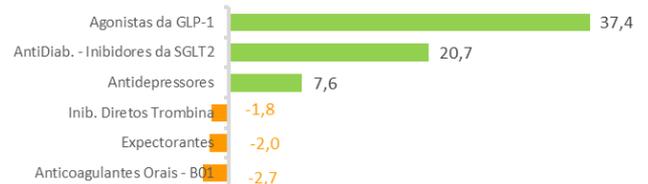


EVOLUÇÃO DO TOP 7 DAS CLASSES TERAPÊUTICAS - YTD 2025

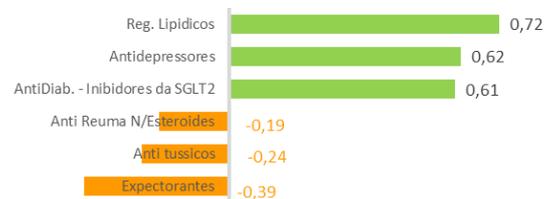


Fonte: Base de dados IQVIA, Análise NEA

YTD 2025 TOP3 CLASSES TERAPÊUTICAS COM MAIORES VARIÇÕES HOMÓLOGAS EM VALOR (M€)



TOP3 CLASSES TERAPÊUTICAS COM MAIORES VARIÇÕES HOMÓLOGAS EM VOLUME (MILHÕES UNID.)



Boletim de Conjuntura

MERCADO GENÉRICO E CONCORRENCIAL (PVA) – YTD 2025 (JUN.)

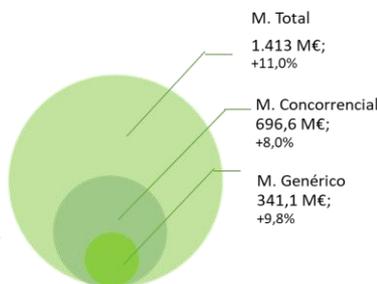
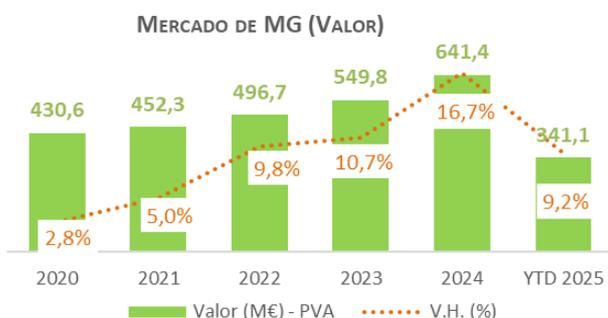
Em junho de 2025, as vendas de **medicamentos genéricos** (MG) nas farmácias, totalizaram 53,8 M€ resultado da dispensa de 9,0 milhões de embalagens, mantendo a dinâmica de crescimento homólogo, com variações de +6,1% em valor e +3,9%, em volume. O PVA médio unitário foi de 5,97 €, +2,1% face a junho de 2024.

No YTD 2025 o mercado de MG totaliza vendas de 341,1 M€ e 57,1 milhões de embalagens, que representam crescimentos homólogos de +9,2% em valor e 5,6% em volume.

O **mercado concorrencial**, i.e., o mercado com grupos homogêneos, totalizou, no YTD 2025, vendas de 696,6 M€, com a dispensa de 107,2 milhões de embalagens, a que correspondem

variações homólogas de +8,0% em valor, e +3,2% em volume. O PVA médio unitário deste mercado foi de 6,50 euros, +4,6%.

No YTD 2025, em termos de quota de mercado, os MG têm uma quota, em volume unitário, no mercado total de 35,2%, que sobe para os 50% no mercado concorrencial. Já o mercado concorrencial tem, no mercado total, uma quota de 70,3% em volume unitário e de 49,3% em valor, ou seja, o segmento dos medicamentos com concorrência de MG representa quase metade do valor do mercado de medicamentos no ambulatorio.



	V.H. (%)	Valor	Volume unitário
M. Concorrencial	8,0%		26,3%
M. Genérico	9,2%		10,5%

	Quota no M. Total (%)	Valor	Volume unitário
M. Concorrencial	49,3%		70,3%
M. Genérico	24,1%		35,2%

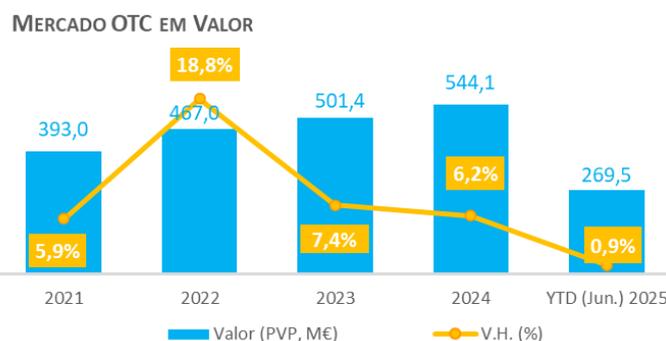
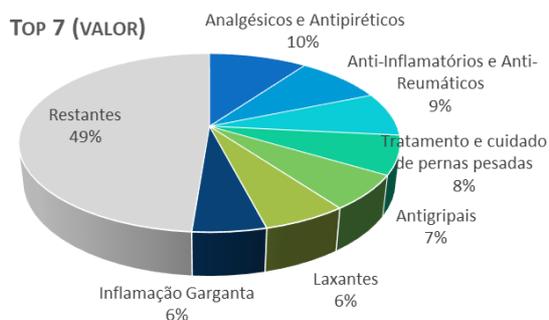
Fonte: Base de dados IQVIA, Análise NEA

MERCADO OTC (PVP) – YTD 2025 (JUN.)

De acordo com os dados do hMR, em junho de 2025, o mercado OTC, no canal ambulatorio, registou vendas de 41,9 M€ (valores a PVP), resultado da dispensa de 3,8 milhões de embalagens, a que correspondem variações homólogas de -2,5% em valor e -7,7% em volume.

No acumulado de 2025, este segmento totaliza vendas 269,5 M€, e 25,5 milhões de embalagens, com um PVP médio unitário de 10,56 euros. As vendas deste segmento de mercado representam 10,6% do valor total do mercado ambulatorio e 13,5% do volume.

	2021	2022	2023	2024	YTD (Jun.) 2025
Valor	393,0	467,0	501,4	544,1	269,5
Tx.V.H.	5,9%	18,8%	7,4%	6,2%	0,9%
Volume	43,5	50,7	51,2	53,2	25,5
Tx.V.H.	1,4%	16,6%	1,1%	3,8%	-3,2%
Quota no M. Ambulatorio (valor)	12,7%	13,7%	14,0%	14,2%	10,6%
PVP médio unitário	€ 9,04	9,21	9,78	10,20	10,56



Fonte de dados: hMR

O top 7, em valor, representando 51% do mercado OTC (e 53% em volume) é ocupado pelas classes terapêuticas relacionadas com a gestão da dor, anti-inflamatórios e analgésicos, do tratamento das pernas pesadas, da gripe e constipações e laxantes. A dinâmica destas classes é variável, com os Expetorantes, Influxão da garganta e Anti-inflamatórios a registarem redução de vendas.

Boletim de Conjuntura

ENCARGOS DO SNS COM MEDICAMENTOS

ENCARGOS NO AMBULATÓRIO – YTD (Mai.) 2025

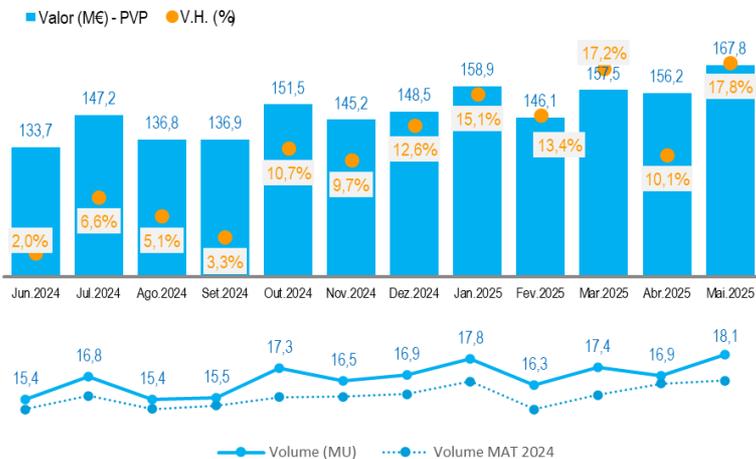
De acordo com os dados do CEFAR, em maio, os encargos do SNS com medicamentos vendidos em farmácia (a PVP), continuaram a registar aumentos homólogos, com vendas de 167,8 M€, + 17,8%, resultado da dispensa de 18,1 milhões de embalagens, +9,9%.

No YTD 2025 os encargos totalizam 786,4 M€, +14,7% que em igual período de 2024, resultado da dispensa de 86,5 milhões de embalagens, +8,4%. O PVP médio unitário dos medicamentos comparticipados foi de 13,81 euros, que equivale a uma variação homóloga de 3,5%.

A quota, em unidades, dos medicamentos genéricos no mercado comparticipado foi de 51,1%, -0,6 p.p. face ao mesmo período de 2024.

No acumulado a maio de 2025, o número médio de embalagens por recita médica foi de 1,68, correspondendo a uma redução de -1,4% face ao mesmo período de 2024. O encargo médio por receita aumentou, +5,3% para os 16,09 €.

De acordo com os dados do CEFAR, a taxa média de comparticipação no YTD 2025 é de 65,9%.



Encargos SNS - YTD 2025	Valor	786,4 M€	V.H.: +14,7%; 101 M€
	Volume	86,5 milhões Emb.	V.H.: +8,4%; 6,7 milhões embal.
	PVP médio	13,81 €	V.H.: +3,5%



Fonte: INFARMED e CEFAR

DÍVIDA DAS ENTIDADES PÚBLICAS À INDÚSTRIA FARMACÊUTICA

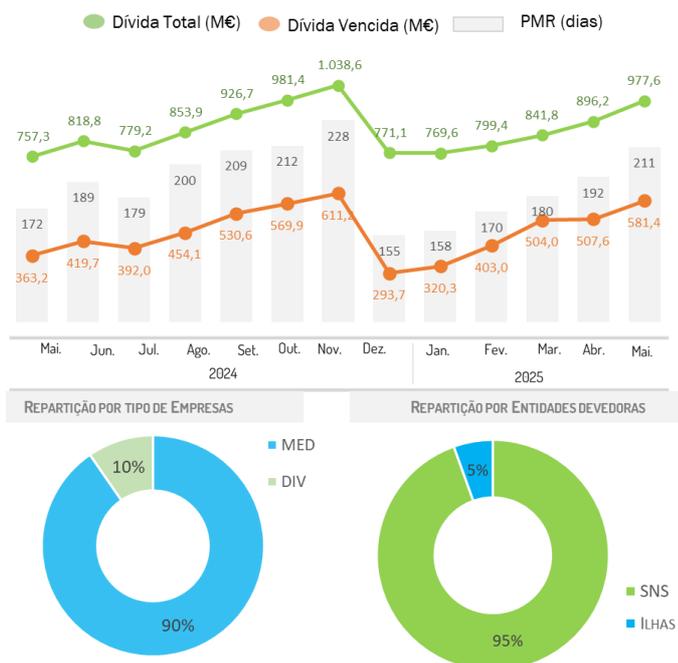
DÍVIDA À IF – Mai.2025 – A monitorização realizada junto das empresas associadas, em maio de 2025, apurou que a dívida total manteve a dinâmica de crescimento, aumentando para os 977,6 M€, mais 81,4 M€ que no mês anterior e mais 220,3 M€ em termos homólogos. Em média, em 2025 (excecionando janeiro), o aumento é de 52 M€ por mês, acumulando mais 208 M€ face a janeiro 2025.

A dívida vencida acompanhou a dinâmica, totalizando 581,4 M€, representando 59% do valor total.

A dívida total às empresas de meios de diagnóstico *in vitro* (DiV), que representa 10% do total da dívida reportada, totalizou 95,5 M€, registando um aumento de +4,8%, face ao mês anterior.

Os sistemas regionais das ilhas representam 5% da dívida total, e, registaram uma redução de -2% face ao mês anterior.

O prazo médio de recebimento aumentou para os 211 dias, valor acima dos 60 dias definido pela Diretiva dos pagamentos, e dos 30 dias estabelecidos no Acordo Governo-APIFARMA 2025.



Fonte: APIFARMA - empresas associadas (medicamentos e de DiV)

Boletim de Conjuntura

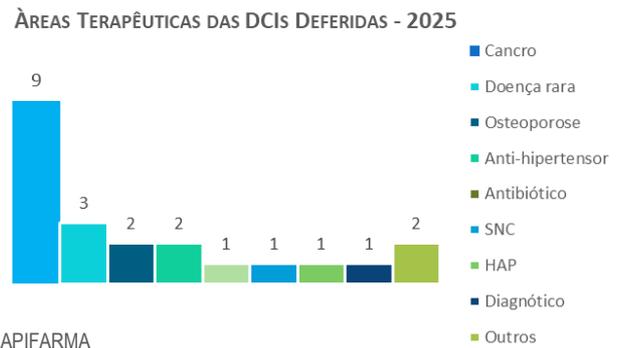
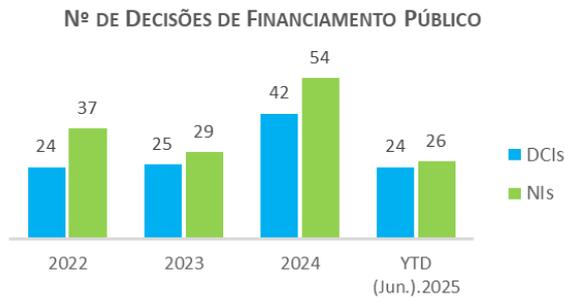
FINANCIAMENTO PÚBLICO DA INOVAÇÃO - 1ºS 2025

No primeiro semestre de 2025, foram decididos um total de **50 processos** de inovação: 24 novas moléculas (DCIs), das quais 3 indeferimentos, e 26 novas indicações (NIs), incluindo 1 indeferimento. Este número correspondente a 52% dos processos decididos em 2024.

Os tempos médios de decisão registados foram de 24,4 meses para as novas DCIs e 25,5 meses para NIs, valores em linha com os registados em 2024.

A maioria dos processos decididos são de dispensa no canal hospitalar, 96% no caso das NIs e 80% no caso das DCIs.

No caso das DCIs a área terapêutica com maior número de processos de financiamento deferidos foi Oncologia, e seguindo-se as doenças raras. No caso das NIs 52% dos deferimentos são de indicação oncológica.

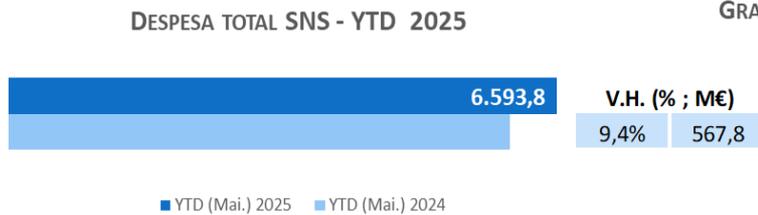


Fonte: INFARMED e APIFARMA

EXECUÇÃO ORÇAMENTAL DO SNS – MAI.2025

De acordo com a DGO, no acumulado a maio de 2025, a execução orçamental do SNS, totaliza uma despesa de **6.593,8 M€**, correspondendo a um aumento de +9,4% em termos homólogos, que correspondem a mais 567,8 M€. A execução acumulada representa 39% dos 16.747,2 M€ orçamentados para o ano de 2025.

O **saldo** do SNS situou-se em -464,8 milhões de euros, representando uma deterioração de 312,4 milhões de euros face ao período homólogo, resultado do crescimento da despesa em 9,4% face ao crescimento da receita de 4,3%.



O crescimento da despesa teve como principal contributo o aumento das despesas com o pessoal, +13,6%. Os fornecimentos externos (FSE) também aumentaram, +5,6%, em resultado do aumento da despesa de todas as rubricas, nomeadamente, com produtos farmacêuticos e vendidos em farmácia, +4,7%, do material de consumo clínico, +5,5%, dos MCDT em 3%, e dos serviços especializados, +13,6%, que incluem os encargos com prestadores de serviços médicos e de enfermagem para assegurar o serviço de urgência e a resposta à atividade assistencial.

A despesa com Recursos humanos representa no acumulado 51,2% do total, e os produtos farmacêuticos e vendidos em farmácia 23,9%.

O valor de investimento cifrou-se em 95 M€, representando uma execução de 28,2% dos 334,4 M€ orçamentados para 2025.

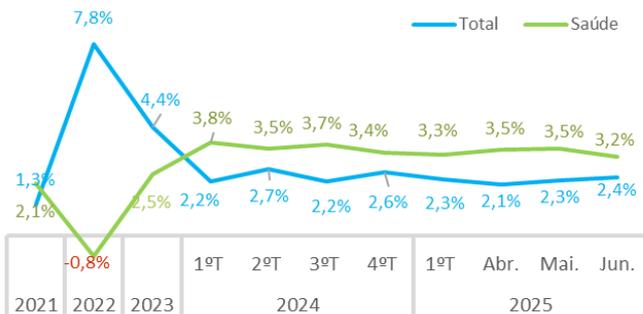


Fonte: DGO

Boletim de Conjuntura

CONJUNTURA MACROECONÓMICA

INFLAÇÃO - IPC



Inflação: De acordo com o INE, em junho, o IPC foi de 2,4%, taxa superior em 0,1 p.p. à observada no mês anterior. O indicador de inflação subjacente registou também uma variação de 2,4%.

Nas classes com maiores contribuições positivas para a variação homóloga do IPC, destacam-se a de Bens alimentares e bebidas não alcoólicas e dos Restaurantes e hotéis. Em sentido contrário, a classe com contribuição negativa mais relevante foi a do Vestuário e calçado.

De acordo com o Eurostat, em junho de 2025, a taxa de inflação anual (VH), medida pelo IHPC, foi de 2,1% para Portugal, de 2,0% para a Zona Euro e 2,3% para a UE27.

DESEMPREGO



Fonte: INE

Taxa de Desemprego: No 1º trimestre de 2025, a taxa de desemprego em Portugal foi estimada em 6,6%, inferior em 0,1 pontos percentuais (pp) relativamente ao registado no trimestre anterior.

Para o mesmo período, a população desempregada foi estimada em 365,8 mil indivíduos, registando uma diminuição de 0,7 % face ao trimestre anterior. No período em análise, a população empregada fixou-se em 5.181,4 mil indivíduos, mais 0,6% do que o verificado no trimestre anterior.

CONJUNTURA LEGISLATIVA E REGULAMENTAR

LEGISLATIVA

Revisão da Legislação Farmacêutica - O Conselho da União Europeia aprovou a sua posição relativamente à proposta de revisão da legislação farmacêutica europeia. O novo pacote legislativo, composto por uma Directiva e um Regulamento, visa garantir o acesso equitativo a medicamentos seguros e eficazes em toda a UE, reforçar a competitividade da indústria farmacêutica europeia, melhorar a segurança do abastecimento e mitigar o impacto ambiental dos medicamentos.

A posição do Conselho introduz um conjunto de alterações relevantes à proposta inicial da Comissão, entre as quais se destacam:

- Estabelecimento de um período base de 8 anos de protecção de dados regulamentar para medicamentos inovadores, independentemente de condições de acesso;
- Redução do período de exclusividade do mercado de 2 anos para 1 ano, eventualmente prorrogável por um ano adicional mediante condições;

- Manutenção do sistema de Vouchers de Exclusividade Transferível (TEV) para apoiar a investigação em antimicrobianos, ainda que com critérios de elegibilidade mais restritos e limites de vendas;
- Reforço das obrigações de disponibilidade de medicamentos, permitindo aos Estados-Membros exigir o fornecimento adequado para responder às necessidades nacionais;
- Alargamento da “excepção Bolar”, permitindo a preparação de processos para concursos públicos antes do termo da exclusividade;
- Implementação de medidas adicionais para prevenir rupturas de stock, com base numa abordagem de gestão de risco e utilização eficiente dos dados disponíveis.

REGULAMENTAR

Boletim de Conjuntura

Medicamentos Comparticipados - Lista dos novos medicamentos comparticipados com início de comercialização a 1 de Junho 2025, fornecida pelo INFARMED.

Sistema de Preços de Referência - 3.º trimestre de 2025 – foi publicada a [Deliberação](#) N.º 068/CD/2025, que atualiza a lista de grupos homogêneos e dos preços de referência unitários a vigorar no 3º trimestre de 2025.

ESTUDOS E PUBLICAÇÕES

RELATÓRIO ANUAL DA EMA PARA 2024 - Foi publicado o [relatório](#) anual da Agência Europeia do Medicamento (EMA) para 2024, que apresenta informações sobre as prioridades estratégicas da Agência e as suas contribuições para a saúde na União Europeia (UE). O relatório destaca os pontos mais importantes relativos à avaliação e monitorização de medicamentos para uso humano e veterinário. Em 2024, a EMA recomendou 114 medicamentos para autorização de introdução no mercado. Destes, 46 tinham uma nova substância ativa que nunca tinha sido autorizada na UE anteriormente.

EVOLUÇÃO DAS DESPESAS DIRETAS EM SAÚDE EM PORTUGAL – A mais recente [nota informativa](#) do Observatório da Despesa em Saúde, revela uma significativa melhoria na proteção financeira dos cidadãos residentes em Portugal face às despesas diretas em saúde entre 2015 e 2022. Esta publicação analisa a evolução das despesas diretas em saúde entre 2015 e 2022, com base nos dados do Inquérito às Despesas das Famílias, realizado pelo INE. A nota aponta, no entanto, para um agravamento da vulnerabilidade financeira em grupos etários mais jovens, assim como para a persistência de um gradiente socioeconómico na alocação de rendimento a despesas de saúde.

No período em análise, um conjunto alargado de políticas públicas contribuiu para reforçar a proteção financeira da população, traduzindo-se numa redução do peso médio das despesas diretas

em saúde no rendimento líquido dos cidadãos: de 5,56% em 2015 para 3,46% em 2022. Os idosos foram o grupo que mais beneficiou destas medidas. Contudo, crianças entre os 5 e os 14 anos de idade viram a sua vulnerabilidade financeira agravar-se. Apesar dos progressos alcançados, continua a observar-se um gradiente socioeconómico na desproteção financeira para despesas em saúde, com indivíduos de rendimentos mais baixos a alocarem uma maior percentagem do seu rendimento líquido a despesas diretas em saúde. Assim, se o objetivo da sociedade for esbater ainda mais a regressividade dos pagamentos diretos, dever-se-á continuar a implementar medidas que protejam grupos socioeconómicos vulneráveis, que não se limitam à população idosa.

RELATÓRIO DE ATIVIDADE DE 2024 DO SISTEMA NACIONAL DE FARMACOVIGILÂNCIA - O INFARMED publicou o [relatório](#) que compila os principais indicadores relativos à notificação de suspeitas de reações adversas a medicamentos (RAM) em Portugal. No total, em 2024, foram registadas 11.218 notificações de suspeitas de RAM, um ligeiro aumento face às 11.153 notificações no período homólogo. Com uma taxa de 420 notificações por milhão de habitantes, os dados refletem um reforço do compromisso de profissionais de saúde e cidadãos na vigilância contínua da segurança dos medicamentos.